



Agrupamento de Escolas D. João II



PROJECTO EDUCATIVO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

D. JOÃO II

2010/2013

“O PROJECTO NÃO É UMA SIMPLES REPRESENTAÇÃO DO FUTURO PARA FAZER, MAS UM FUTURO A CONSTRUIR, UMA IDEIA A TRANSFORMAR EM ACTO”

Jean Marie Barbier

Índice

PREFÁCIO	1
1. INTRODUÇÃO	2
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO ENVOLVENTE	4
2.1. Território	4
2.2. População	5
3. CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO E DAS ESCOLAS DO AGRUPAMENTO	6
3.1. E. B. I. Rainha D. Leonor de Lencastre	6
3.2. EB1 / JI de São Marcos nº1	7
3.3. EB1 / JI de São Marcos nº2	7
4. RECURSOS EDUCATIVOS	8
4.1. Biblioteca Escolar (BE)	8
4.2. Projectos e Parcerias do Agrupamento	9
4.3. Actividades de animação de apoio à família e de enriquecimento curricular	16
5. RECURSOS HUMANOS DO AGRUPAMENTO	17
5.1. Pessoal docente	17
5.2. Pessoal não docente	18
5.3. Associações de pais/entidades promotoras da componente de apoio à família ..	21
6. ALUNOS	21
6.1. Distribuição dos alunos pelas diferentes escolas do Agrupamento	21
6.2. Total de turmas e de alunos por ciclo	21
6.4. Acção Social Escolar	23
6.5 Área de residência	23
6.6. Alunos com NEE	24
6.7. Abandono Escolar Precoce	24
6.8. Alunos com Português Língua Não Materna	25
6.9. Alunos inscritos na C.A.F. e na A.E.C.	25
6.10. Habilitações Académicas dos pais	26
6.11. Acompanhamento de alunos em situações de risco	26
6.12. Sucesso/Insucesso	27
6.13. Indisciplina	27
7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	28
7.1 Organigrama	28

7.2. Princípios gerais na elaboração de horários	28
7.2.1. Critérios para a elaboração dos horários dos professores.....	30
7.2.2. Critérios para a elaboração dos horários dos alunos	32
8. IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS	33
9. OBJECTIVOS GERAIS/METAS.....	33
9.1 Metas Quantificáveis.....	34
10. PLANO DE ACÇÃO	36
11. DIVULGAÇÃO DO PROJECTO EDUCATIVO.....	37
12. AVALIAÇÃO	38
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

Prefácio

“Os projectos educativos necessitam, para se legitimarem, da condição de anúncio público, por uma dupla razão: porque a educação é um direito (e, portanto, tem que deixar-se claro que a oferta educativa que apresentamos dá resposta concreta a esse direito) e porque aqueles que intervêm no processo (alunos, professores, auxiliares de acção educativa e famílias) também são beneficiários de direitos e podem desejar conhecer e, no seu caso, discutir essa oferta formativa que se lhes concede.

As escolas e nós, professores/as, não somos seitas que pretendam influir sobre meninos pequenos, de uma maneira “oculta” e “descontrolada”. Bem ao contrário, o que pretendemos é que o tipo de trabalho que vamos fazer com eles seja absolutamente “transparente” e na medida do possível, “partilhado”. Esta condição de “visibilidade” e de “publicidade” responde aos fortes requisitos éticos e democráticos que, na actualidade, se espera que a escola possua.”

Miguel Angel Zabalza

1. Introdução

Dando cumprimento ao disposto no Decreto – Lei nº75/2008, de 22 de Abril, apresenta-se o Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas D. João II, para o triénio 2010/2013.

Este normativo vem, em continuidade com o regulamentado anteriormente Decreto-Lei nº43/89 e Decreto-Lei nº115-A/89, que já formalizava a ideia do Projecto Educativo, construir um dos instrumentos da autonomia.

Um Projecto Educativo deve constituir-se como instrumento orientador de política educativa, a par das orientações emanadas pelo Ministério da Educação, que responda às necessidades da comunidade escolar a que se destina, inserindo-se no seu contexto socioeconómico e cultural. Dimensiona-se no diálogo permanente entre os vários agentes educativos, desenvolvendo estratégias e linhas de acção conducentes a preparar cidadãos intervenientes e críticos que assumam o saber como um percurso ao longo da vida.

Estando os agentes educativos do Agrupamento de Escolas D. João II atentos à realidade desta comunidade, pretendem dar resposta aos desafios inerentes ao presente contexto económico, social e educacional através do Projecto Educativo, que deve ser o instrumento fundamental que define, de modo global, coerente e articulado, todos os aspectos da vida da escola: grandes linhas de intervenção estratégica, linhas de acção e metas, que promovam a articulação dos docentes com percursos e motivações diversas, fortalecendo o trabalho cooperativo e garantindo o reforço do sucesso educativo.

O Projecto Educativo deve regular-se por normas de realismo, flexibilidade, eficácia, capacidade de diálogo e democraticidade de processos, garantindo-se como espaço mobilizador, gerando consensos e metas. Assume-se ainda como âmago de intervenção, confrontando a comunidade educativa com a responsabilidade de reflectir e analisar a Escola nos seus pontos fortes e fracos, definindo a missão da Escola que pretendemos e podemos construir.

Missão

A missão da unidade orgânica deverá assentar em quatro pilares:

- Promover a qualidade do sucesso educativo na cultura organizacional, através da interacção dos intervenientes no processo educativo.
- Promover o exercício da cidadania e o respeito pelo outro.
- Fomentar a responsabilidade profissional em articulação com a sequencialidade de projectos.
- Avaliar e regular os processos e os resultados.

Visão

A visão estratégica do agrupamento assenta na promoção de um ensino de qualidade, contribuindo para esse pressuposto o desenvolvimento das competências e das aprendizagens dos alunos ao nível da formação académica e cívica, em articulação com o desenvolvimento de projectos, parcerias e protocolos estabelecidos com diversas entidades da área social e económica.

A promoção de um ensino de qualidade funda-se em três vertentes:

1. Uma escola inclusiva

- Procura soluções para as dificuldades dos alunos, promovendo a sua auto-estima e proporcionando-lhes um ensino de qualidade com vista ao sucesso educativo;
- Promove a consciencialização para a formação integral do indivíduo;

2. Uma escola de segurança

- Promove a segurança e o bem-estar da comunidade escolar, baseando-se na justiça, através da disciplina e inculcando normas de cidadania;
- Promove a saúde contribuindo para a aquisição de hábitos e práticas comportamentais, resultantes de escolhas individuais responsáveis;
- Sensibiliza os pais e encarregados de educação dos alunos pelo acompanhamento escolar e pela prevenção da situação de risco.

3. Uma escola de exigência

- Promove um ensino de qualidade, com boas práticas de ensino actualizadas e adaptadas às exigências, em que o aluno é parte activa;
- Cumpre o seu dever de ensinar e de ensinar a aprender, actualizando-se permanentemente do ponto de vista científico, pedagógico e didáctico;
- Faz cumprir o Regulamento Interno, para que haja respeito, solidariedade e harmonia entre todos os elementos da comunidade educativa;
- Cumpre as orientações pedagógicas definidas pelos órgãos competentes, planificando o trabalho a desenvolver com rigor e adequando-o aos objectivos a atingir;
- Promove o sucesso educativo e reconhece o mérito, definindo com rigor os critérios/instrumentos de avaliação diversificados e adequados às práticas lectivas;
- Valoriza o empenho, a responsabilidade, a cooperação e a autonomia;
- Valoriza a divulgação e aplicação do conhecimento científico, tecnológico, artístico a par com a Educação para a Saúde e para o Ambiente e a defesa dos valores patrimoniais, da história, da língua e da cultura portuguesa;
- Promove a formação física e desportiva dos alunos, incentivando a prática de actividades físicas orientadas.

2. Caracterização do meio envolvente

2.1. Território

De origem imprecisa no tempo (não existem referências ao topónimo anteriores ao séc. XIV sabendo-se, contudo, através de vestígios arqueológicos da presença de caçadores do período da Idade da Pedra) S. Marcos viu recentemente a quietude de um pequeno aglomerado populacional de habitações unifamiliares construídas à volta da capela, ameaçado pelo irromper crescente de habitações plurifamiliares de crescimento vertical nos terrenos onde até há pouco ondulavam searas e pastavam rebanhos.

Esta “erupção” habitacional, designada de Urbanização de S. Marcos, tem vindo a estender-se para Nascente e Poente ficando bem marcadas duas realidades distintas: o Centro Histórico de S. Marcos e a Urbanização de S. Marcos ou, S. Marcos Velho e S. Marcos Novo, como são designados pelos populares. Simultaneamente, e a um ritmo diferente do crescimento da Urbanização de S. Marcos, foi construído o Casal do Cotão.

A Escola Básica Integrada Rainha D. Leonor de Lencastre, sede do agrupamento, estabelece em termos geográficos e estéticos, uma fronteira entre estas duas realidades atrás referidas.



Em 2001, S. Marcos é elevada a freguesia por desanexação da freguesia de Agualva-Cacém, passando a integrar, para além do já referido, quatro áreas urbanas de génese ilegal: o Bairro da Bela Vista, a Bela Vista, a Encosta de S. Marcos e Vale da Rebolias.

O crescimento do parque habitacional, que ocupa uma área de 2,268 Km², ocorreu maioritariamente por iniciativa privada e a aquisições dos fogos foi assegurada através do recurso ao crédito bancário, não existindo habitação social.

Planta da Freguesia de S. Marcos onde se insere o Agrupamento.

2.2. População

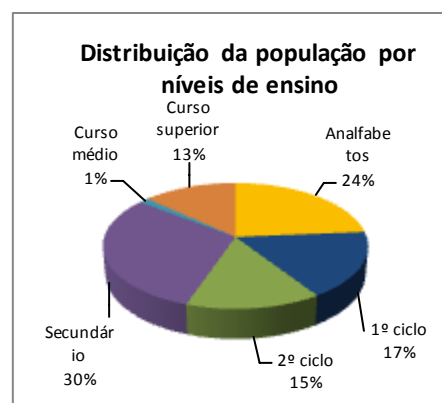
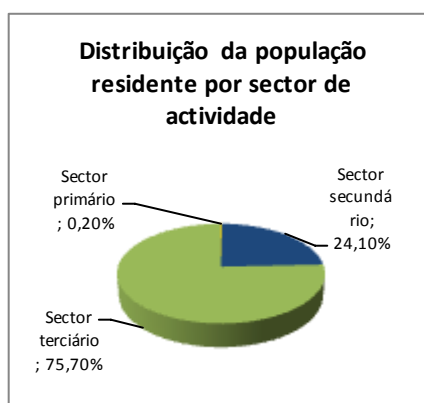
Não existem dados rigorosos relativamente ao número de habitantes – os censos de 2001 são anteriores à criação da freguesia e apontam para cerca de 15 792 habitantes, maioritariamente mulheres – estimando-se que sejam muitos mais do que os dados do recenseamento eleitoral da freguesia nos indicam. Incorrem para esta imprecisão o facto de muitos dos residentes não estarem recenseados e existir uma comunidade que não se pode recensear, imigrantes originários dos PALOP's, do Brasil e também, em menor número, do Leste Europeu e Ásia.

Dados do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral referem que, em Abril de 2007, existiam nesta freguesia 151 estrangeiros residentes recenseados. Sabe-se que a população residente é constituída essencialmente por famílias jovens, uma vez que 28% das pessoas tem menos de 19 anos e 70% tem idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos. A dimensão média das famílias é de 3,2 elementos, o que pode ser indicativo da existência de famílias numerosas, já que a média é superior à nacional (2,8).

Quanto às qualificações escolares da população, verifica-se que a maior parte não vai além do ensino básico (48%), sendo que 18% das pessoas são analfabetas, o que permite constatar que se trata de uma freguesia com baixo nível escolar.

Relativamente à empregabilidade, é o sector terciário que centra maior número de postos de trabalho (76%) (censos de 2001). Verificamos que o desemprego atinge sobretudo as mulheres (57%). Em 2006 encontravam-se inscritos no centro de emprego 430 indivíduos, sendo que 63% estão sem trabalho há menos de 12 meses. Também, os indivíduos com habilitações ao nível do 3º ciclo e do secundário são os mais atingidos pelo desemprego (28% e 29%, respectivamente).

Os dados disponíveis revelam, ainda, alguma fragilidade económica por parte de algumas famílias, em especial as monoparentais femininas, as que vivem situações de desemprego e aquelas que enfrentam endividamentos.



3. Caracterização do Agrupamento e das Escolas do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas D. João II foi constituído em Setembro de 2000, sendo o primeiro agrupamento vertical do Concelho de Sintra. Integrou, inicialmente, o agrupamento, a E. B. I. Rainha D. Leonor de Lencastre, a E. B. 2 de S. Marcos e o Jardim-de-infância de S. Marcos. A E. B. 1/JI de S. Marcos nº1 foi integrada em Setembro de 2004.



3.1. E. B. I. Rainha D. Leonor de Lencastre

Esta escola de tipo T-30 entrou em funcionamento no ano lectivo de 1995/96, com a designação de E.B.2,3 de Aqualva-Cacém. No ano lectivo de 1997/98 assumiu a designação de E.B.2,3 Rainha D. Leonor de Lencastre. Funciona, desde o início, com turmas do 2.º e do 3.º ciclo do Ensino Básico e, no ano lectivo de 1999/2000 (Portaria n.º 458/2000 de 21 de Julho), passou a integrar turmas do 1.º ciclo, implicando a actual designação de Escola Básica Integrada Rainha D. Leonor de Lencastre.



3.2. EB1 / JI de São Marcos nº1

Entrou em funcionamento em Outubro de 2001 em edifício moderno, onde funcionam os dois níveis de ensino: Jardim-de-infância e o 1º Ciclo de Ensino Básico. Funciona, também, no mesmo edifício, o ATL que é da responsabilidade da A.P.D.J..



- A – CAF, ATL, Gabinetes
- B – Pré-Escolar, Biblioteca, sala de professores
- C – Refeitório
- D – Salas de aula, salas específicas
- E – Campo de jogos

3.3. EB1 / JI de São Marcos nº2

Escola de tipo P3 entrou em funcionamento a 12 de Outubro de 1992 em edifício com dois pisos: rés-do-chão e primeiro andar, onde funciona o 1º Ciclo do ensino básico. Funciona também, em edifício autónomo, o ATL que é da responsabilidade da Associação de Pais.

No mesmo espaço físico funciona o Jardim-de-infância, mas num edifício independente, e o ATL num outro edifício também independente e autónomo.



- A – Polivalente, Gabinete de Coordenação
- B – Refeitório, salas específicas
- C – Salas de aula, sala de professores, Biblioteca, salas específicas
- D – Pré-escolar
- E – ATL e CAF
- F – Campo de jogos

4. Recursos educativos

4.1. Biblioteca Escolar (BE)

Nas escolas do Agrupamento, com excepção da E.B.1/J.I. de São Marcos nº2, as Bibliotecas estão integradas na Rede de Bibliotecas Escolares e constituem um espaço de encontro e partilha de aprendizagens e saberes, de pesquisa, gestão e disponibilização de informação, de criatividade e de satisfação da curiosidade natural dos alunos, desenvolvendo a sua actividade no quadro das finalidades e objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento.

A BE constitui uma estrutura de apoio à aprendizagem e o serviço que presta quer às diferentes comunidades educativas quer aos diferentes utentes que a ela recorrem são uma mais-valia para o sistema educativo português – Portaria nº558/2010 de 22 de Julho. Disponibilizando os seguintes serviços:

- a) Fundo documental;
- b) Consulta local de material impresso, áudio e vídeo;
- c) Empréstimo domiciliário de material impresso;
- d) Empréstimo para utilização na sala-de-aula de material impresso, áudio e vídeo;
- e) Empréstimo para utilização na sala-de-aula do acervo do PNL;
- f) Recursos multimédia;
- g) Pontos de acesso à internet;
- h) Impressões e digitalizações;
- i) Apoio à utilização das tecnologias educativas (RBE/PTE);

4.1.1. Missão da BE

A BE tem como missão disponibilizar serviços e recursos que permitam, a todos os membros da comunidade escolar, serem utilizadores competentes da informação, nos variados suportes e meios de comunicação e tornarem-se pensadores críticos.

A BE promove nos utilizadores a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, proporcionando-lhes as ferramentas fundamentais para serem bem sucedidos na sociedade da informação e do conhecimento.

4.1.2. Objectivos da BE

A BE é um importante instrumento no desenvolvimento do Projecto Educativo e tem como objectivos essenciais o desenvolvimento da literacia, das competências de informação, do ensino-aprendizagem e da cultura, competindo-lhe:

- 1 - Apoiar e promover os objectivos educativos definidos nos documentos orientadores do Agrupamento de escolas, nomeadamente Projecto Educativo e Projecto Curricular de Agrupamento.

- 2 - Dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes áreas disciplinares e projectos de trabalho;
- 3 - Proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade de livros, jornais, revistas, materiais audiovisuais e tecnologias da informação;
- 4 - Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação;
- 5 - Proporcionar à comunidade educativa oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- 6 - Fomentar o gosto pela leitura;
- 7 - Auxiliar os professores na planificação das suas actividades de ensino e na diversificação das situações de aprendizagem;
- 8 - Proporcionar o acesso às tecnologias da informação;
- 9 - Associar a leitura, os livros e a frequência de bibliotecas à ocupação lúdica dos tempos livres e escolares;
- 10 - Trabalhar em articulação com alunos, professores, pais e órgãos de gestão de modo a cumprir a missão da escola;
- 11 - Promover os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e fora dela.
- 12 – Promover actividades de cooperação nomeadamente com o SABE (serviço de Apoio a Bibliotecas Escolares) da Câmara Municipal de Sintra e outras bibliotecas do concelho.
13. O desempenho do cargo de coordenador da biblioteca escolar (BE) cumpre a organização do trabalho docente prevista no despacho n.º 5328 de 28 de Março de 2011. A gestão da biblioteca escolar (BE) da escola ou do conjunto das escolas do agrupamento é efectuada nos termos previstos na Portaria n.º 756/2009, de 14 de Julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 558/2010, de 22 de Julho, e 76/2011, de 15 de Fevereiro.
14. Os professores que integram a equipa da BE devem ter mais que um bloco de 90 minutos para o exercício desta função. Os professores com serviço não lectivo na BE devem ter, no mínimo, um bloco de 90 minutos e formação creditada em novas tecnologias da informação

4.2. Projectos e Parcerias do Agrupamento

Numa perspectiva de otimizar espaços e equipamentos e proporcionar aos alunos possibilidades de aprendizagem diferenciada e lúdica, o Agrupamento oferece, para além do Centro de Recursos Educativos e Bibliotecas, o seguinte conjunto de actividades designadas como *Núcleos ou Projectos*:

- **Clube de Tecelagem (EBIRDLL)**

Objectivo:

- Desenvolver aprendizagens práticas que incentivem o gosto pelos trabalhos manuais e pelo uso de materiais e técnicas diversas, com vista ao assimilar de competências ao nível social e de trabalho, promovendo a auto-estima, a autonomia e a entreaajuda no grupo de trabalho.

• **Clube Arte em Metal (EBIRDLL)**

Objectivos:

- Desenvolver a criatividade.
- Desenvolver Aptidões Técnicas e Manuais.
- Desenvolver o Sentido Social.
- Desenvolver a Capacidade de Resolver Problemas.

• **Clube de Olaria “Artes do Fogo” (EBIRDLL)**

Objectivos:

- Desenvolver aptidões técnicas e manuais no trabalho de Olaria/Cerâmica, em diferentes manifestações de Arte.
- Produzir objectos explorando temas, ideias e situações.
- Desenvolver a capacidade de resolver problemas de forma eficaz e racional.

• **Coração/Arte e Expressão em Movimento (EBIRDLL)**

Objectivos:

- Desenvolver/valorizar as capacidades expressivas.
- Proporcionar diferentes descobertas ao nível sensorial/emocional.
- Contribuir para o desenvolvimento da auto-estima.
- Contribuir para a dinamização/valorização de alguns espaços da escola.

• **Oficina da Música (EBIRDLL)**

Objectivo

- Proporcionar aos alunos que gostem de teatro, música e dança um espaço e momento na escola que lhes proporcione essa experiência.

Finalidades:

- Participar nas actividades festivas.
- Conhecer pequenas histórias, peças de teatro e operetas.
- Desenvolver a interpretação e a expressão.
- Detectar capacidades artísticas.
- Promover o espírito de grupo.
- Desenvolver a auto-confiança.
- Promover o gosto pela leitura.

- Mostrar as actividades desenvolvidas no âmbito da disciplina de Educação Musical.

• **Plano de Matemática para os 1º/ 2º/3º Ciclos do Ensino Básico**

Objectivos:

- Melhorar o ensino e a aprendizagem da Matemática.
- Fomentar a criação de condições inovadoras para que a escola possa desempenhar um papel preponderante na melhoria do ensino e da aprendizagem da Matemática.
- Promover a criação de equipas de docentes que permitam o acompanhamento dos alunos pelos mesmos professores ao longo de um ciclo de escolaridade.
- Promover a rentabilização das áreas curriculares não disciplinares para um reforço do tempo dedicado ao trabalho da disciplina de Matemática.
- Promover a elaboração de planos de escola de combate ao insucesso da Matemática.

• **Plano Nacional de Leitura (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)**

Objectivos:

- Desenvolver o gosto pela leitura, promovendo hábitos de leitura diária (envolvendo a comunidade educativa).
- Dinamizar a utilização da Biblioteca Escolar com recurso às TIC.

• **Projecto ECO-ESCOLAS (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)**

Objectivos:

- Sensibilizar toda a comunidade educativa para a preservação do meio ambiente, promovendo a sua participação activa.
- Informar os alunos sobre a educação para a sustentabilidade em geral e a sua abordagem temática em particular, favorecendo a aquisição de competências.
- Possibilitar o contacto com as abordagens de carácter prático de temas de trabalho das eco-escolas, dinamizando actividades que proporcionem prazer, interesse, curiosidade e desejo de aprender.
- Conhecer recursos e equipamentos educativos facilitadores da educação ambiental, fomentando regularmente práticas ecológicas.
- Articular o trabalho das escolas com o município, no âmbito da implementação da Agenda XXI local.
- Reflectir sobre temas ambientais tomando consciência de comportamentos e atitudes.
- Promover a transversalidade curricular no âmbito do tema ambiente.
- Formar para a cidadania.
- Atribuição da bandeira azul.

• **Projecto Sabientar – Educação Ambiental (EBIRDLL- 1º ciclo, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)**

Objectivos:

- Sensibilizar os alunos para o respeito das regras de preservação do meio ambiente.
- Manutenção da bandeira da Escola amiga do ambiente.

• Oficina de Reciclagem (EBIRDLL)*Objectivos:*

- Sensibilizar a Comunidade Escolar para a necessidade de proteger e melhorar o ambiente.
- Promover novas atitudes para a gestão dos resíduos.
- Sensibilizar os alunos para a necessidade de proteger e melhorar o ambiente.
- Sensibilizar os alunos para a produção e consumo de produtos reciclados.
- Fomentar no aluno uma dupla atitude de respeito por si próprio e pelo meio em que vive.
- Agir localmente, evidenciando procedimentos responsáveis em relação ao ambiente.

• Clube Arte e Ambiente (EBIRDLL)*Objectivos:*

- Sensibilizar através da arte para a preservação do ambiente.
- Sensibilizar os alunos para a necessidade de proteger e melhorar o ambiente envolvente.
- Promover novas atitudes face à reciclagem e à reutilização de materiais já existentes.
- Sensibilizar os alunos para a importância do consumo/uso de produtos reciclados.
- Fomentar nos alunos uma atitude de respeito e de sentido de responsabilidade pela conservação do meio onde vivem.
- Promover a interdisciplinaridade, envolvendo vários professores e alunos da escola.

• Prémio Fundação Ilídio Pinho (EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)*Objectivos (Pré-Escolar):*

- Registrar dados de uma observação.
- Formular questões pertinentes.
- Interpretar dados de observações e imagens.
- Revelar curiosidade pelo que as crianças observam.

Objectivos (1º Ciclo):

- Estimular o interesse pelas ciências experimentais.
- Contactar com a energia solar.
- Incentivar o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, como meio de divulgação das aprendizagens realizadas.
- Promover a interdisciplinaridade no contexto escolar.

- **Projecto “O Peso da Alimentação”** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)

Objectivos:

- Reduzir a Obesidade em 10% e o excesso de peso em 20% na população.
- Sensibilizar os pais e encarregados de educação para a melhoria dos hábitos de vida, nomeadamente alimentares e exercício físico.
- Dar a conhecer aos alunos as doenças resultantes dos maus hábitos alimentares (3º e 4º ano).
- Incentivar o gasto de energia nos recreios em 80% do tempo do intervalo.
- Estabelecer parcerias com a consulta do Hospital Fernando da Fonseca, como resposta aos casos com indicação clínica.

- **Projecto de Promoção para a Saúde** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)

Objectivos:

- Estabelecer parcerias entre o sector público e o sector privado.
- Implementação de lanches saudáveis no Agrupamento de Escolas.

- **“Brigadas do Recreio”** – Na hora de brincar também posso ajudar (EB1/JI de S. Marcos nº1)

Objectivos:

- Sensibilizar para a necessidade de saber estar na vida da comunidade escolar.
- Promover a participação activa de todos os elementos da comunidade educativa no melhoramento de normas de conduta.
- Favorecer a participação e cooperação na vida cívica de forma responsável.
- Sensibilizar para o respeito mútuo.
- Aumentar o bem-estar e a autoconfiança em situações diversas.
- Desenvolver a autonomia e a responsabilidade.

- **Projecto “Educar para a Cidadania – Projecto Solidariedade”** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1)

Objectivos:

- Transmitir aos alunos situações de partilha, respeito e solidariedade para com os mais desfavorecidos.

- **“Aprender a Empreender”** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)

Objectivos:

- Promover na carta educativa iniciativas conducentes à criação de competências e tomadas de atitudes que permitam empreender.
- Desenvolver o espírito empreendedor nas novas gerações.

- **Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – (TIC)** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)

Objectivos:

- Dar continuidade ao projecto de aplicação das novas tecnologias da informação e da comunicação no processo ensino/aprendizagem.

- **Projecto de Actividades “Iniciativas Escolas, Professores e Computadores Portáteis”** (EBIRDLL)

Objectivos:

- Fomentar a autonomia e a auto-formação dos alunos ao nível das atitudes e capacidades de raciocínio.
- Explorar produtos e ferramentas informáticas específicas para a aprendizagem nas diferentes áreas curriculares.

- **Projecto MOODLE** (EBIRDLL)

Objectivos:

- Oferecer aos alunos, via INTERNET, o acesso a matérias que compõem as disciplinas.
- Permitir aos professores, via INTERNET, disponibilizar os conteúdos das disciplinas que leccionam.

- **Projecto Centro de Recursos para a Inclusão – Equipa de Intervenção** (EBIRDLL)

Objectivos:

- Apoiar a avaliação especializada das crianças e jovens com NEE de carácter permanente.
- Apoiar a elaboração, implementação e acompanhamento de programas educativos individuais.
- Apoiar a transição das crianças e jovens para a escola e para a vida pós-escolar, nomeadamente a transição para o emprego.

- **Gabinete de Apoio ao Aluno (G.A.A.)** (EBIRDLL)

Este espaço tem como destinatários os alunos dos três ciclos.

Objectivos:

- Promover actividades que favoreçam a interiorização de atitudes e valores.
- Desenvolver competências transversais nos alunos.

- **PROJECTO “Segurança na escola”**

Objectivos:

- Dotar a Escola de um nível de segurança eficaz;

- Aumentar os padrões de Segurança;
 - Limitar as consequências de um acidente, através da responsabilização de toda a população escolar no cumprimento das normas de segurança;
 - realizar exercícios de Evacuação;
 - Promover acções de formação.
 - Preparar e organizar os meios humanos e materiais existentes, para garantir a salvaguarda de pessoas e bens em caso de ocorrência de uma situação perigosa.
- **Projecto de Mini Jornadas de Protecção Civil** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)
Objectivos:
 - Sensibilizar os jovens para temas importantes e prementes relativos ao ambiente, sobre o qual incidirá na importância da sustentabilidade para uma sociedade da floresta autóctone e, ainda, outras temáticas não menos importantes como a segurança, comportamentos adequados em situações de emergência e catástrofes.
- **Clube de Protecção Civil** (EBIRDLL)
Objectivos:
 - Sensibilizar os jovens para temas importantes e prementes relativos ao ambiente, sobre o qual incidirá na importância da sustentabilidade para uma sociedade da floresta autóctone e, ainda, outras temáticas não menos importantes como a segurança, comportamentos adequados em situações de emergência e catástrofes.
- **Projecto Escola Electrão** (EBIRDLL)
Objectivos:
 - Sensibilizar e envolver os professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, no esforço global da reciclagem e valorização dos resíduos e equipamentos eléctricos e electrónicos.
- **Prémio Criatividade e Inovação 2011: As Florestas (UNESCO)** (EBIRDLL)
Objectivos:
 - Demonstrar a importância de uma gestão sustentável da Floresta.
 - Consciencializar para o desenvolvimento de competências para a adopção de comportamentos que privilegiem a conservação e a preservação da natureza.
- **Parceria com a empresa Paliarco** (EBIRDLL)
Consiste na oferta à BE de recursos didácticos em suportes de papel e digital.
A BE, em contrapartida, apresenta as ofertas com os contactos da empresa (e-mail: paliarco@net.nevis.pt) e divulga no blogue da BE (<http://www.letraletra.wordpress.com>).

- **Parceria com a UNICEF** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)
Consiste na oferta de recursos didácticos em suportes de papel e digital.
A BE utilizou os recursos disponibilizados na dinamização de actividades inseridas no PAA, transmitindo a mensagem preconizada por esta entidade.
- **Parceria com a ACIDI** (EBIRDLL, EB1/JI de S. Marcos nº1 e nº2)
Consiste na oferta de recursos didácticos em suportes de papel e digital.
A BE passou a ter a possibilidade de disponibilizar estes materiais à comunidade escolar.

Os núcleos/projectos referidos funcionam dentro das possibilidades de organização dos horários dos professores da escola, conciliando as limitações legais (crédito horário da escola) com o tempo assumido como indispensável para a realização de um trabalho continuado.

Considerando a importância que estes núcleos/projectos podem assumir no desenvolvimento global dos jovens, é imprescindível que sejam orientados por professores efectivamente motivados e empenhados na sua dinamização.

Uma vez que as novas tecnologias assumem um papel cada vez maior na formação dos jovens e na simplificação do trabalho, é imperioso que se aproveitem de forma mais eficaz os meios de que a Escola já dispõe. Para tal, é necessário que o corpo docente possa aprender a manusear esses equipamentos e que esse saber seja, também, transmitido aos alunos.

4.3. Actividades de animação de apoio à família e de enriquecimento curricular

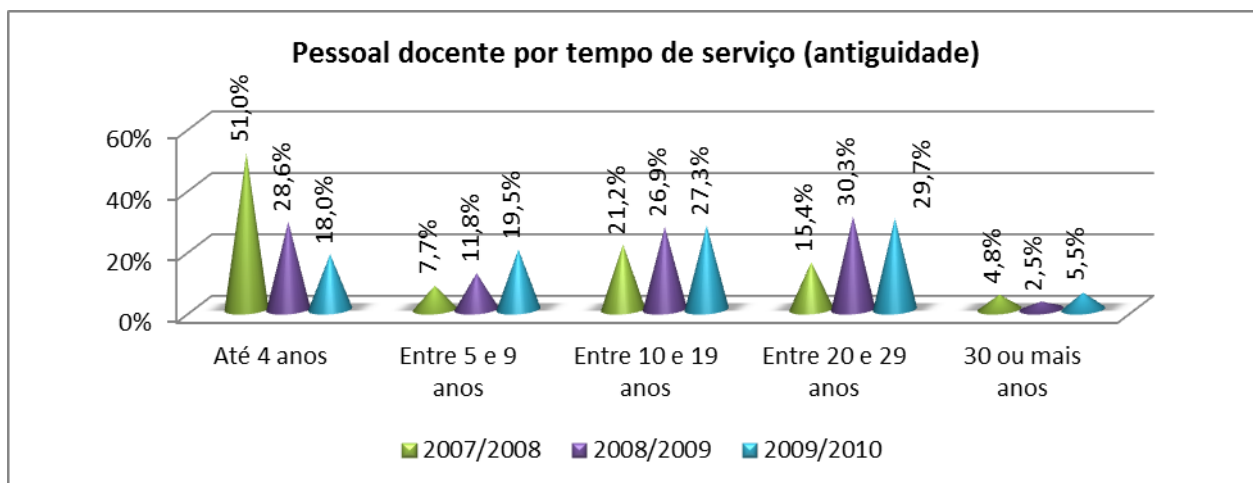
Considerando a importância da implementação de actividades de animação e de apoio à família na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e, conseqüentemente, para o sucesso escolar futuro, o agrupamento oferece as seguintes actividades:

- Componente de Apoio à Família – destina-se a assegurar o acompanhamento das crianças do ensino pré-escolar antes e/ou depois das actividades curriculares e/ou durante os períodos de interrupção das actividades lectivas.
- Enriquecimento curricular – actividades destinadas aos alunos do 1º ciclo dentro do conceito de escola a tempo inteiro, nomeadamente:
 - a) Actividades de apoio ao estudo;
 - b) ensino do Inglês;
 - c) actividade física e desportiva;
 - d) ensino da música/expressão artística.

Estas actividades são supervisionadas pelas respectivas educadoras no pré-escolar e pelos professores titulares das turmas do 1º ciclo, desenvolvendo-se em parceria com a autarquia e, ainda, com a instituição Apoio à Promoção do Desenvolvimento Juvenil (APDJ).

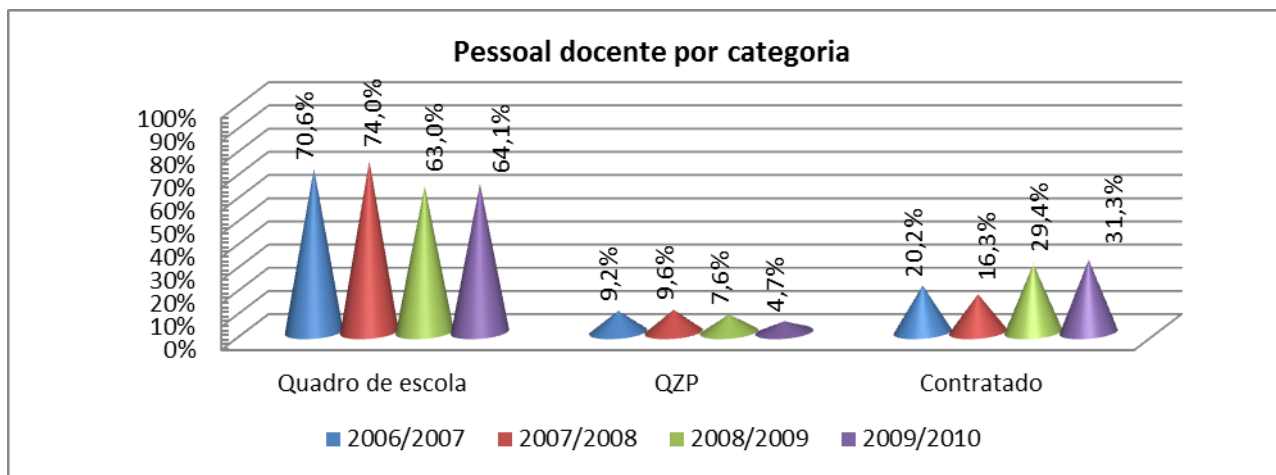
5. Recursos Humanos do Agrupamento

5.1. Pessoal docente

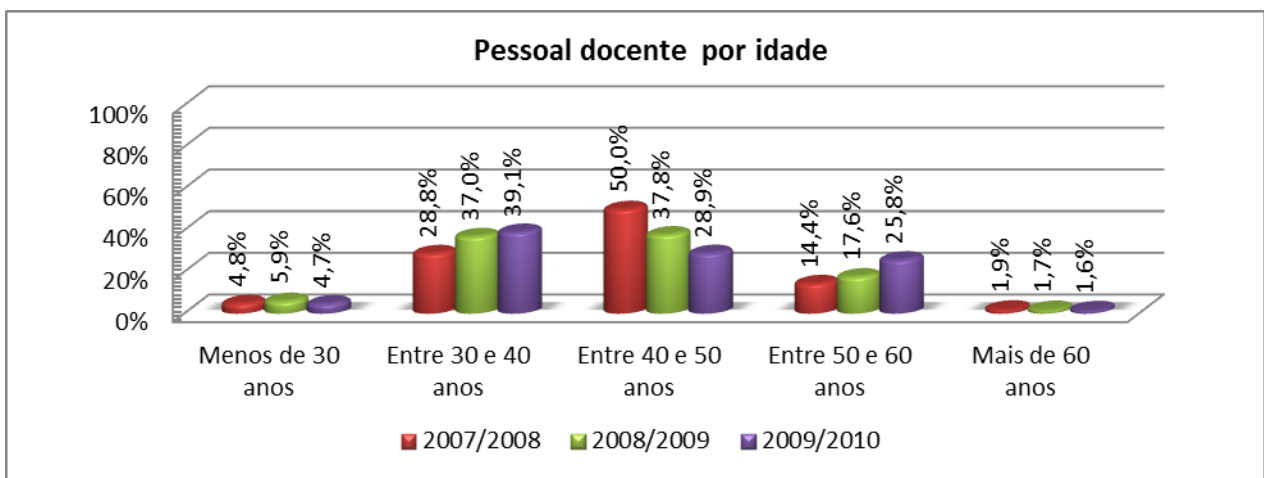
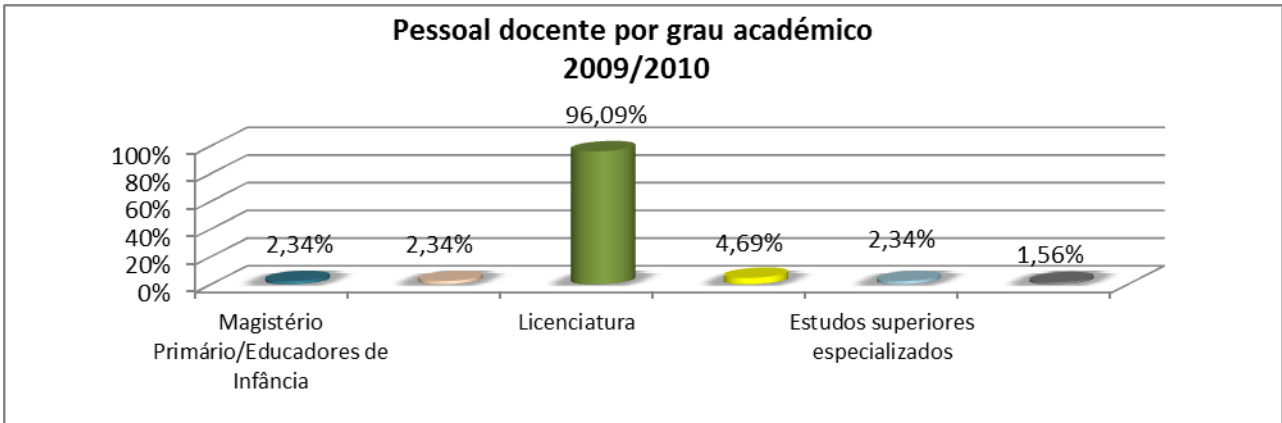


TEMPO DE SERVIÇO

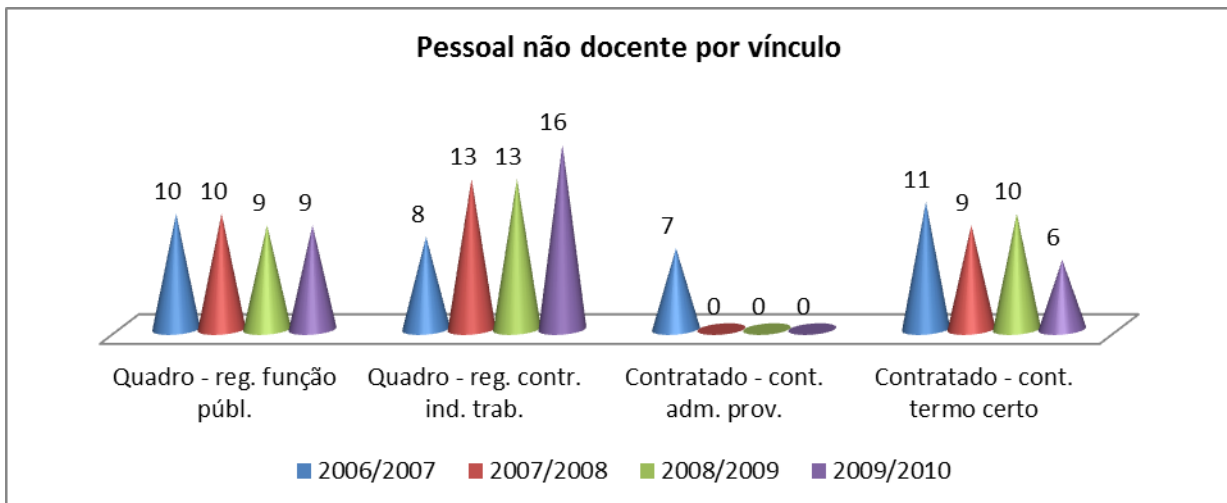
- Percentagem superior a 50% de docentes entre 10 e 29 anos de serviço



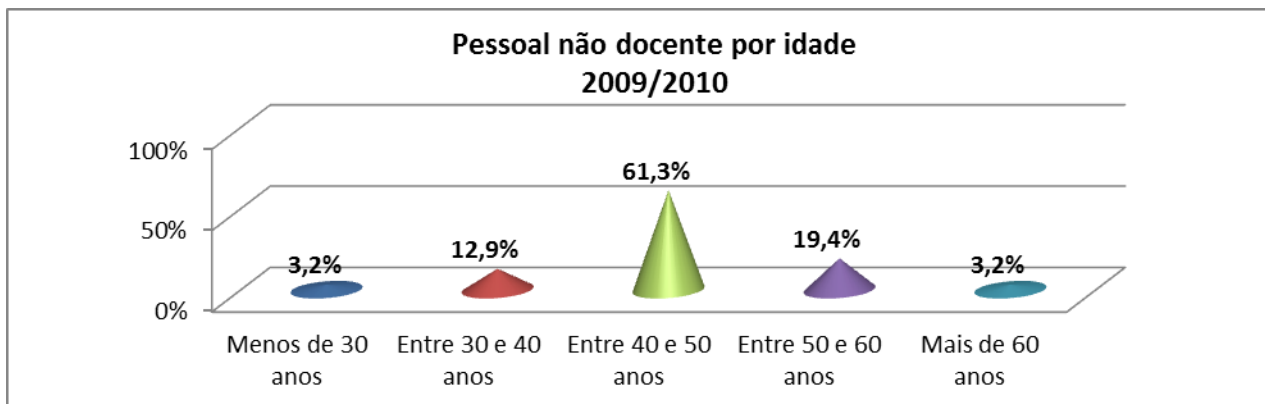
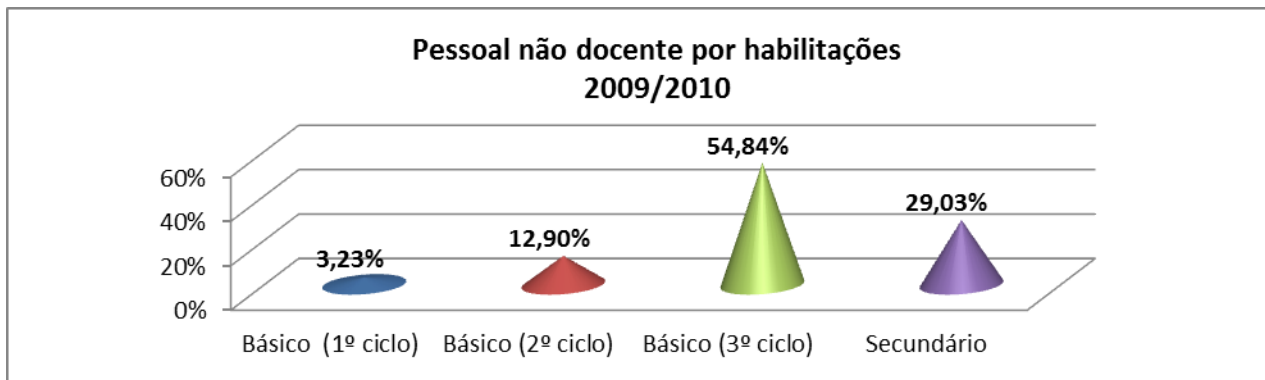
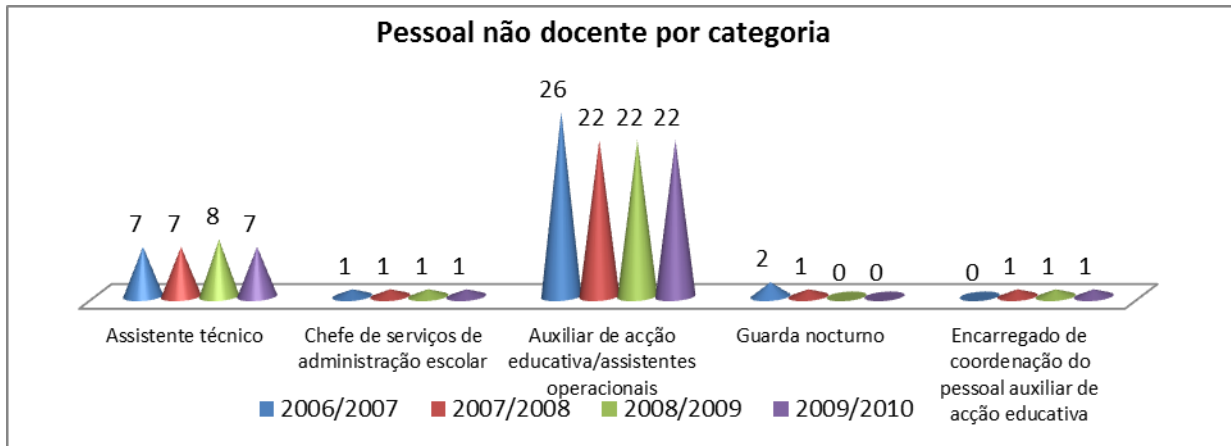
- QE – maioria do corpo docente
- QZ – pouca representatividade
- Contratados – aumento significativo

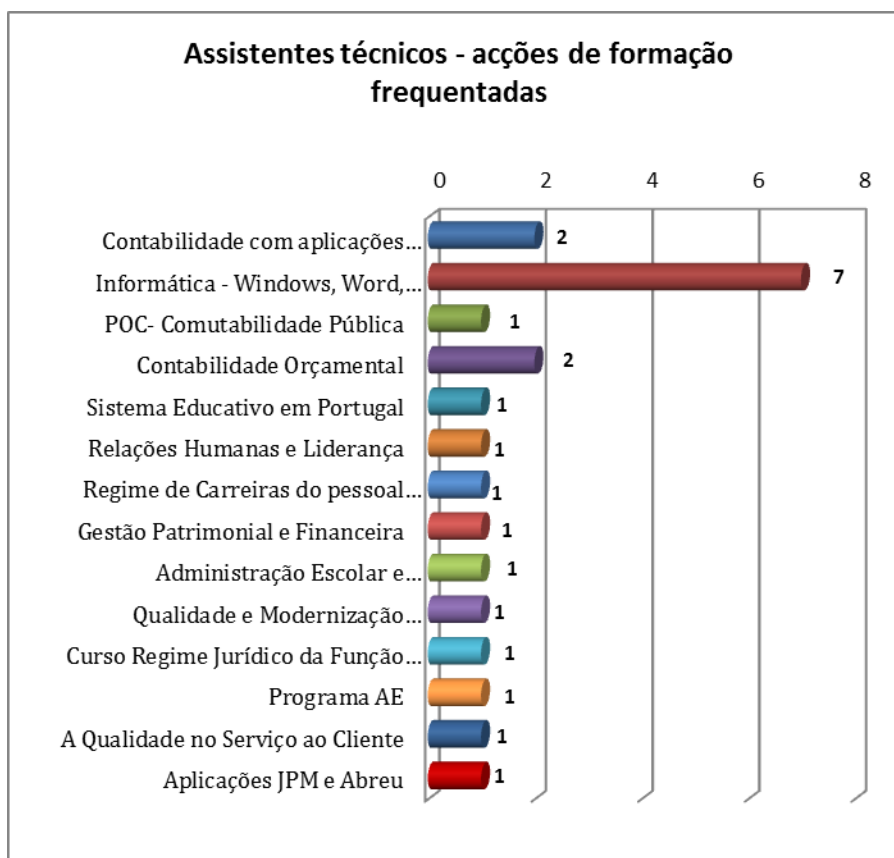
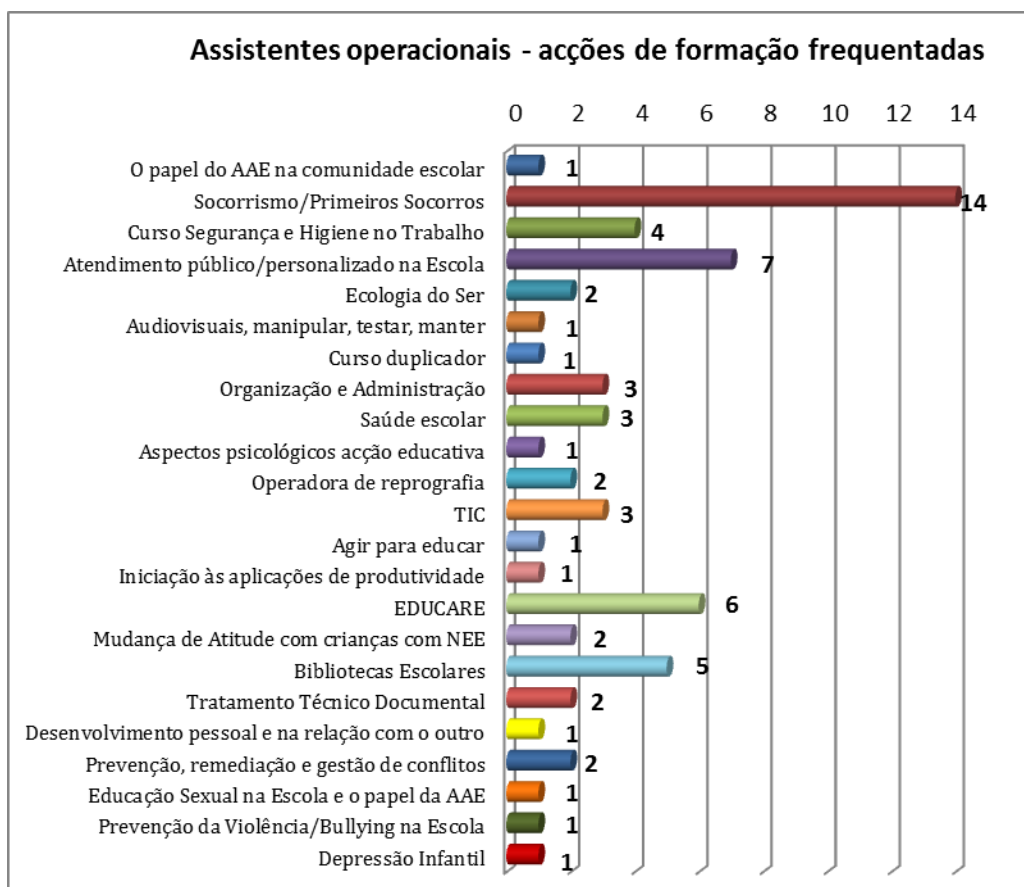


5.2. Pessoal não docente



- Diminuição do nº de pessoal não docente
- Quadro – superior a 50%





5.3. Associações de pais/entidades promotoras da componente de apoio à família

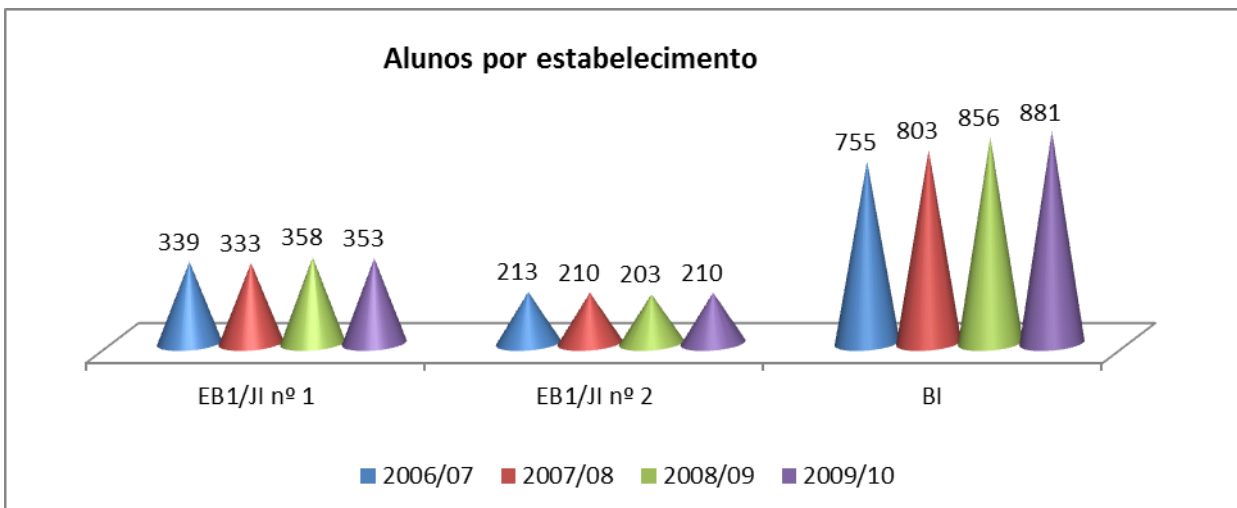
Existe uma Associação de Pais em cada uma das escolas do agrupamento.

	EBI Rainha D. Leonor de Lencastre	EB1/JI nº 1	EB1/JI nº 2
Associação de pais	X	X	X
Entidade promotora da componente de apoio à família e ATL.			X
Associação Para o Desenvolvimento Juvenil		X	

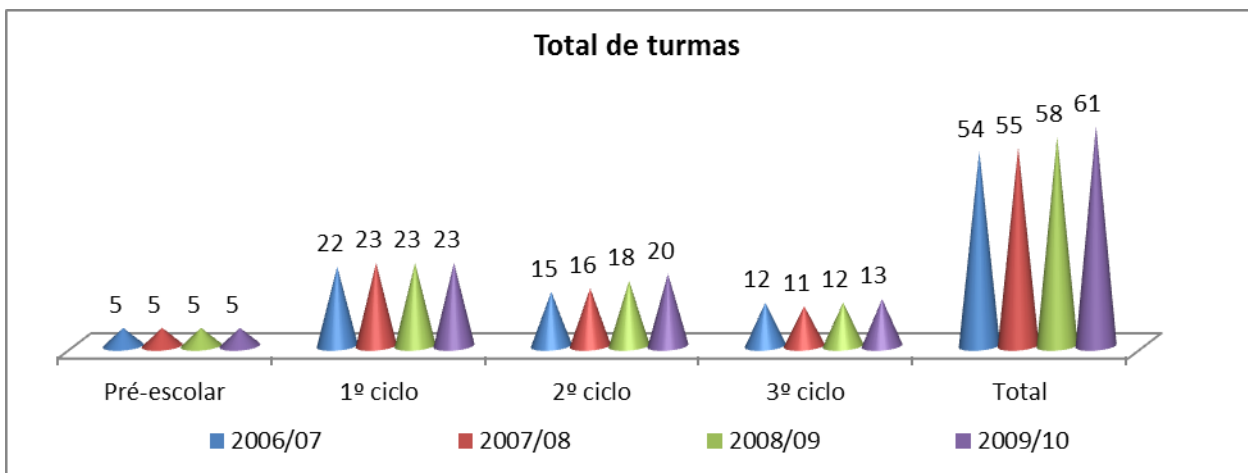
O trabalho com a Associação de Pais tem sido mais ou menos notório ao longo dos anos e a sua actividade igualmente diferenciada consoante as escolas.

6. Alunos

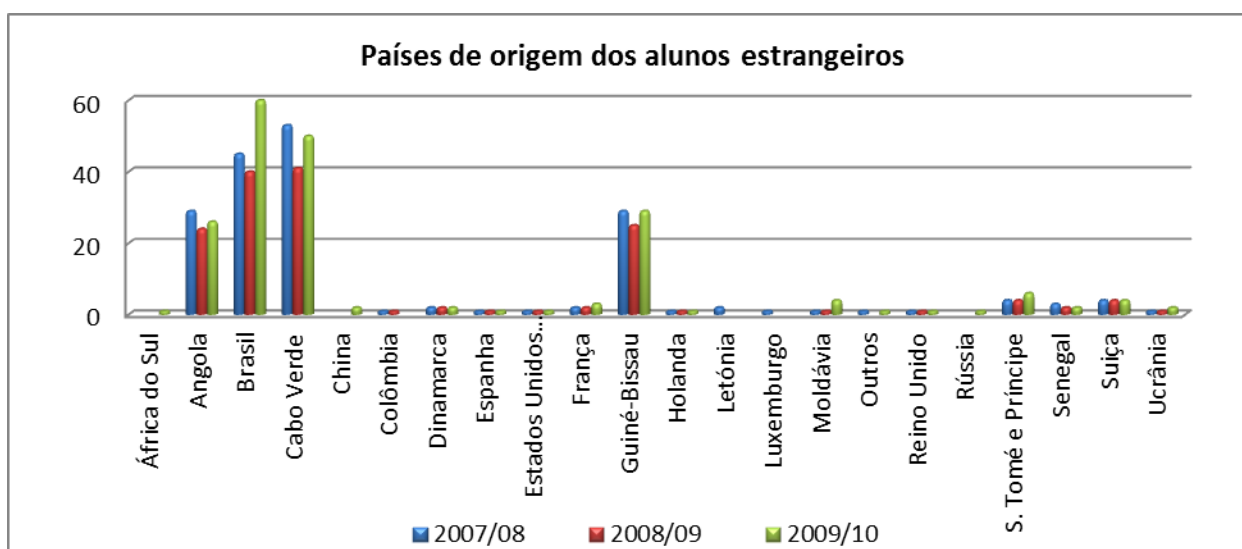
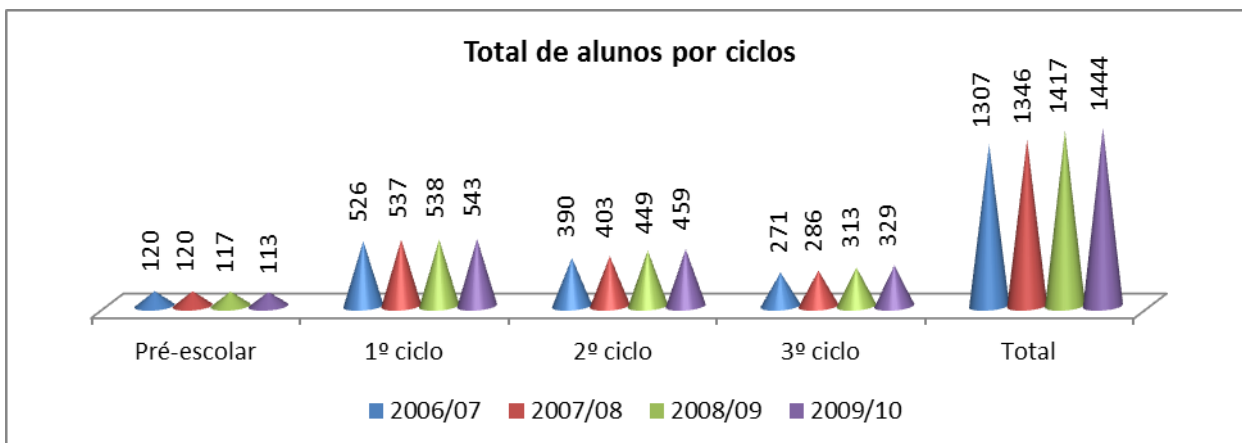
6.1. Distribuição dos alunos pelas diferentes escolas do Agrupamento



6.2. Total de turmas e de alunos por ciclo

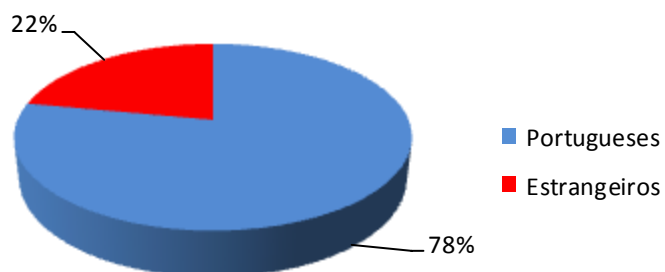


6.3. Origem dos alunos e encarregados de educação

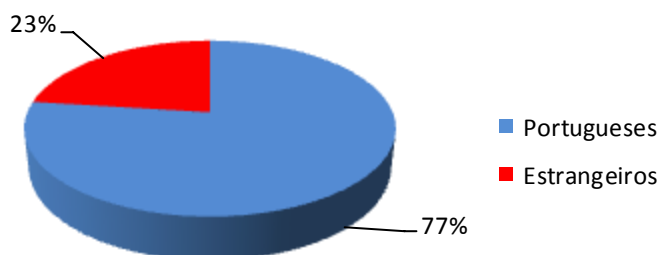


- Grande diversidade linguística e étnica
- Crescimento do número de alunos de origem brasileira

Encarregados de educação – Pré-escolar e 1º Ciclo

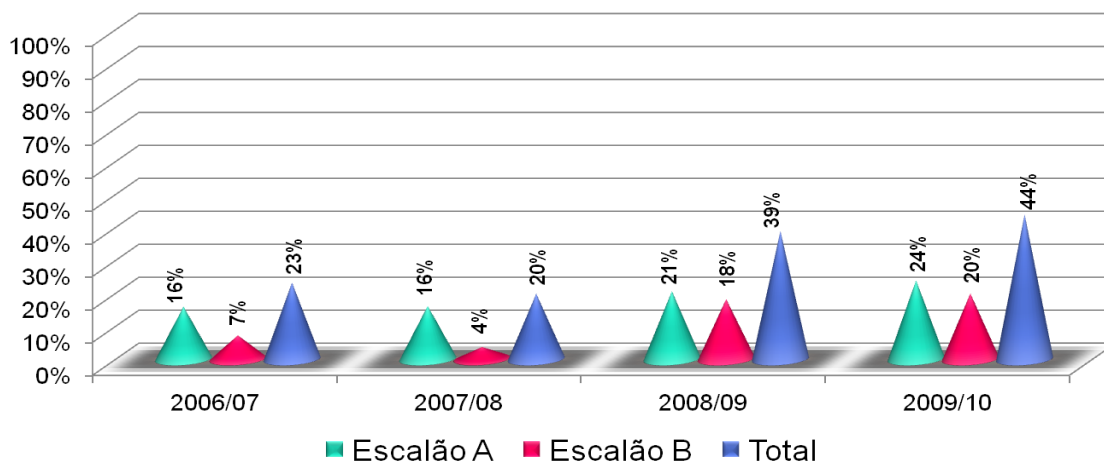


Encarregados de educação – 2º/ 3º Ciclos



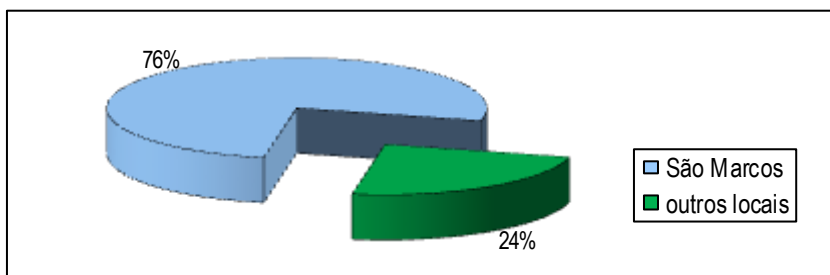
6.4. Acção Social Escolar

ALUNOS SUBSIDIADOS

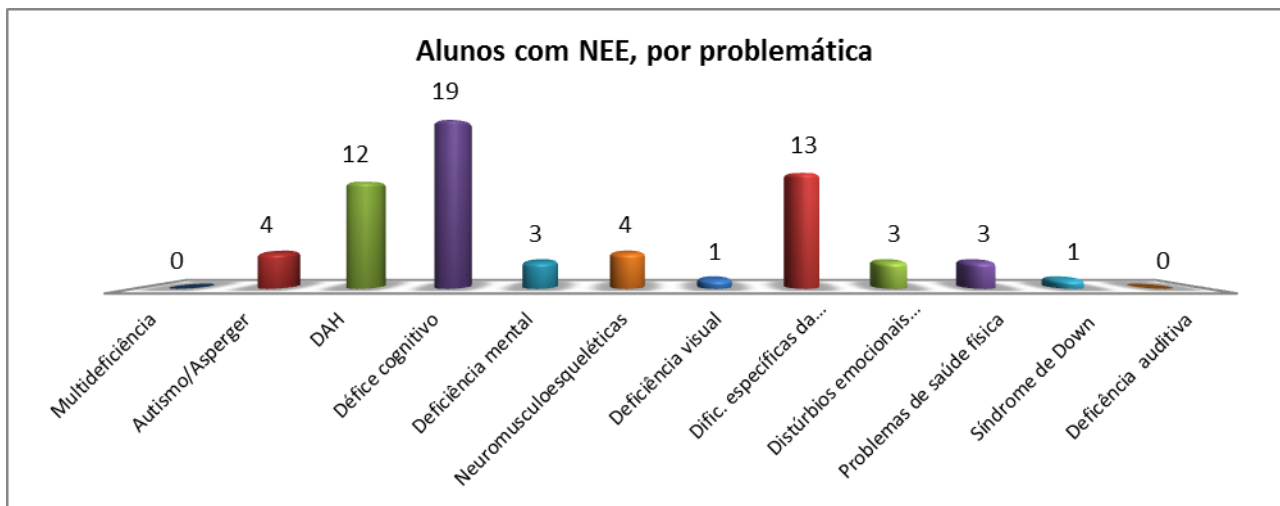
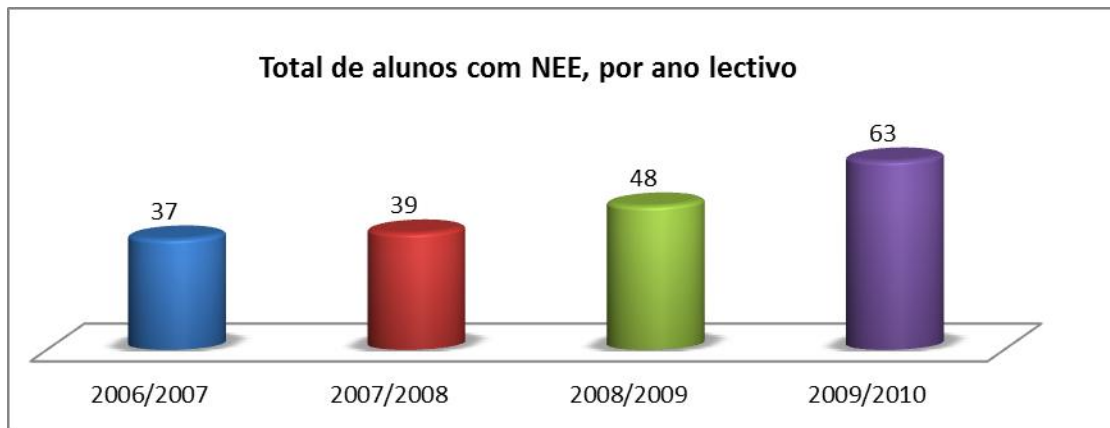


- Taxa elevada
- Aumento significativo 2009/2010
- Maioria - escalão A

6.5 Área de residência



6.6. Alunos com NEE

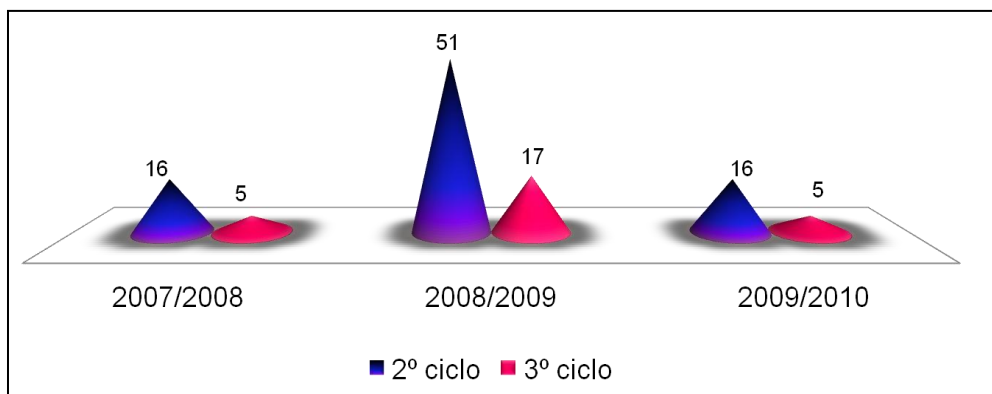


- Aumento do nº de alunos com NEE (D.L. 3/2008 7 Janeiro)
- Maior número:
 - Défice cognitivo
 - Dificuldades específicas da linguagem
 - Hiperactividade (DAH)

6.7. Abandono Escolar Precoce

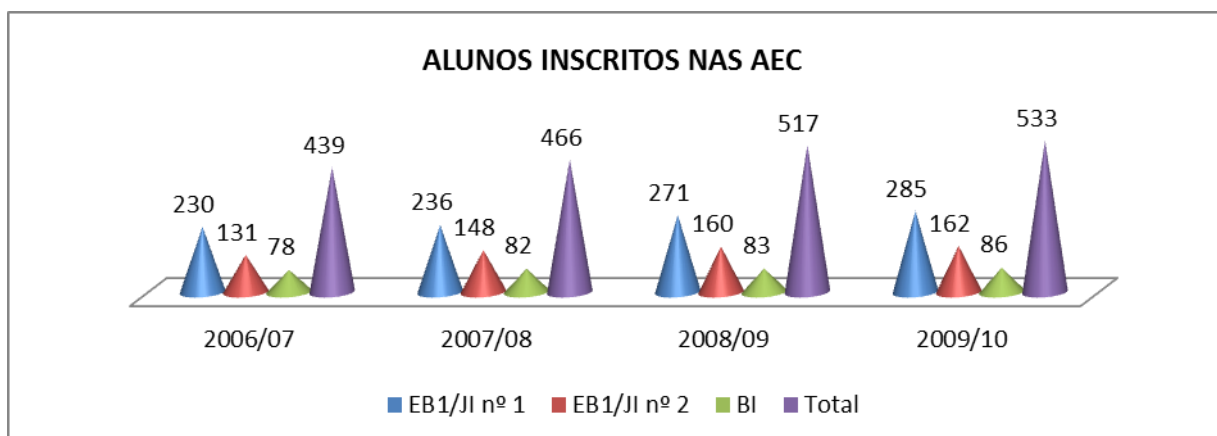
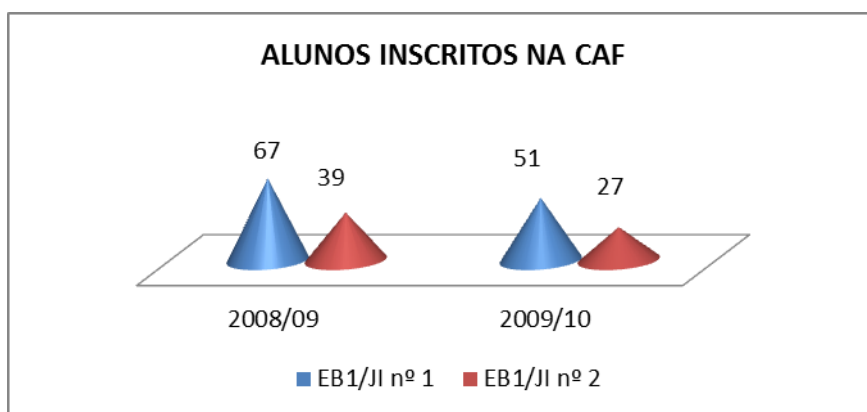
Relativamente às taxas de desistência, estas não são significativas. Prendem-se ao facto de as famílias mudarem de residência/país. A salientar a taxa de desistência dos alunos com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos que vai aumentando progressivamente. Não significando que estes ingressem em cursos de via profissionalizante, sendo impossível à escola fazer esse controle.

6.8. Alunos com Português Língua Não Materna

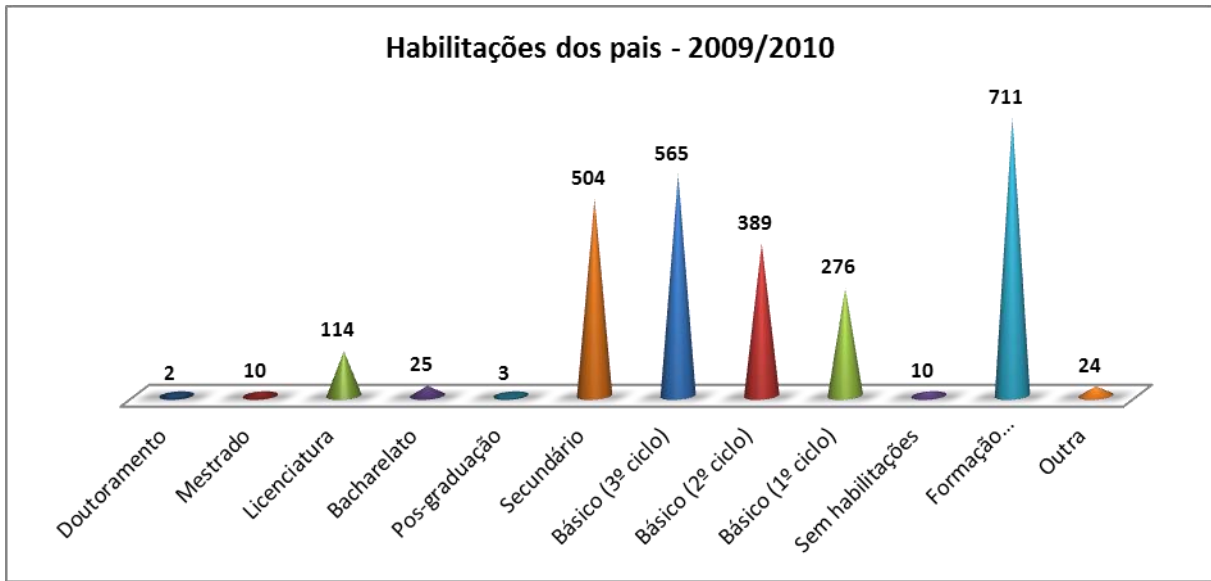


- Diminuição em 2009/2010
- Aumento da população escolar de nacionalidade brasileira

6.9. Alunos inscritos na C.A.F. e na A.E.C.

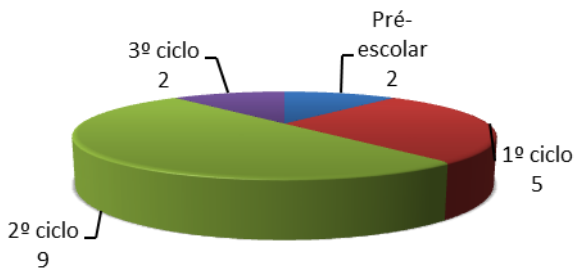


6.10. Habilitações Académicas dos pais

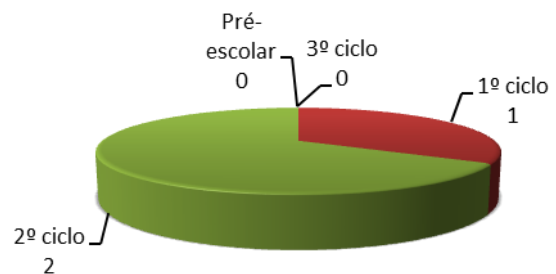


6.11. Acompanhamento de alunos em situações de risco

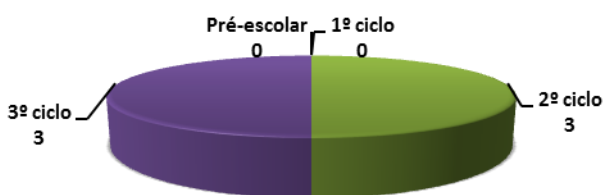
ALUNOS ACOMPANHADOS PELA CPCJ DE SINTRA ORIENTAL



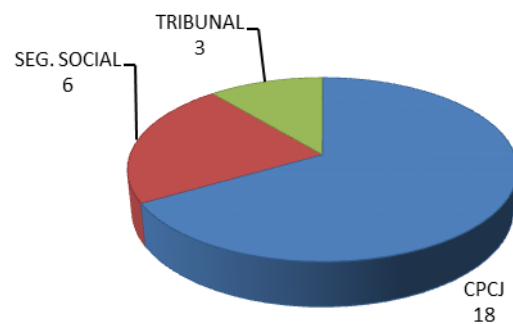
ALUNOS ACOMPANHADOS PELA SEGURANÇA SOCIAL



ALUNOS ACOMPANHADOS PELO TRIBUNAL (Tribunal Família e Menores/Juízos Cíveis de Sintra/Comarca Grande Lisboa)



Alunos acompanhados pela CPCJ de Sintra Oriental, Segurança Social e pelo Tribunal



6.12. Sucesso/Insucesso

Taxa de Transição/Conclusão – Agrupamento 2009/10			Taxa de Sucesso – avaliação interna		Taxa de Sucesso – avaliação externa	
			L.P.	Mat.	L.P.	Mat.
1º Ciclo	1º ano	99,2%	95,3%	88,3	87,5%	77,3%
	2º ano	93,3%				
	3º ano	94%				
	4º ano	97,7%				
2º Ciclo	5º Ano	83,8%	83%	79%	89,5%	73,8%
	6º Ano	89,6%				
3º Ciclo	7º Ano	88,8%	88,9%	57,1%	65,5%	28,1%
	8º Ano	81,7%				
	9º Ano	89,9%				

6.13. Indisciplina

No agrupamento, foram alvo de procedimentos disciplinares 40 alunos, no ano lectivo de 2009/2010. Tais situações devem-se quase sempre a problemas de ordem familiar subjacentes à vida destes alunos, que apresentam comportamentos pouco correctos (famílias mal estruturadas, pouco acompanhamento do encarregado de educação relativamente à vida escolar, falta de hábitos de convivência social, nível de auto-estima média-baixa, expectativas escolares pouco elevadas).

A existência do Gabinete de Apoio ao Aluno tem um papel importante na abordagem dos problemas comportamentais dos alunos que, uma vez recebendo ordem de saída da sala de aula, encontram neste espaço o aconselhamento necessário para conseguirem ultrapassar os seus problemas de indisciplina. Deste modo, constata-se que os comportamentos indisciplinados têm uma maior incidência entre os alunos dos 5º, 6º e 8º anos, destacando-se o 5º ano com mais medidas sancionatórias.

7. Estrutura Organizacional

7.1 Organigrama



7.2. Princípios gerais na elaboração de horários

1. A responsabilidade última da elaboração dos horários e consequente distribuição de serviço é da competência do Director.
2. A elaboração de horários quer das turmas quer dos professores obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica.
3. Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos alunos e da escola, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.
4. O esquema de funcionamento da Escola E. B. I. Rainha D. Leonor de Lencastre, definido em função da previsão do número de turmas, número de tempos curriculares de cada ano e capacidade dos respectivos espaços, obedecerá ao regime de desdobramento.
5. Procurar-se-á manter a continuidade do professor na turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais ou do conhecimento do Director).

6. No segundo ciclo o director de turma deve leccionar, à mesma turma, as disciplinas ou áreas curriculares atinentes ao seu grupo de recrutamento, Formação Cívica e sempre que possível uma das áreas curriculares não disciplinares.
7. À área curricular não disciplinar de Formação Cívica serão atribuídos quarenta e cinco minutos semanais, nos segundo e terceiro ciclos de escolaridade.
8. O tempo atribuído ao Estudo Acompanhado deve ser utilizado, parcialmente, para apoio aos projectos em curso, designadamente PM, PLNM, planos a implementar e programas a nível de escola.
9. Os tempos de Estudo Acompanhado devem ser, preferencialmente, assegurados pelos grupos de recrutamento de Língua Portuguesa e Matemática.
10. Na Área de Projecto e na Formação Cívica devem ser desenvolvidas competências nos domínios preconizados pelo Despacho n.º19308/2008 de vinte e um de Julho e pela legislação em vigor para a Educação para a Saúde e para a Educação Sexual.
11. O período da manhã decorrerá entre as oito horas e quinze minutos e as treze horas e quinze minutos e o período da tarde entre as treze horas e trinta e cinco minutos e as dezoito horas e trinta e cinco minutos.
12. Cada aula corresponderá a um bloco de noventa minutos ou a um segmento de quarenta e cinco minutos.
13. O período mínimo destinado ao almoço será de uma hora.
14. As actividades extracurriculares bem como as reuniões dos órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio educativo, não deverão colidir com as actividades lectivas, sendo-lhes reservado um período específico para a sua realização.
15. A elaboração de horários poderá estar condicionada à disponibilidade de espaços. No entanto, procurar-se-á concentrar as aulas de uma só turma numa mesma sala, excepto nas disciplinas que exigem uma sala específica.
16. As equipas pedagógicas constituídas segundo o Despacho n.º 5328/2011 de vinte e oito de Março devem ter continuidade ao longo do ciclo e são constituídas no final do ano lectivo com os professores do conselho de turma.
17. O docente obriga-se a comunicar ao Director qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do horário.
18. Os docentes que ao longo do ano prevejam redução de serviço lectivo (ex: maternidade, amamentação) deverão dar conta da situação ao Director.
19. O exercício de cargos de coordenação pedagógica, designadamente nas estruturas de orientação educativa e de supervisão pedagógica, deve ser atribuído aos docentes mais experientes, que reúnam competências a nível pedagógico e técnico adequadas às funções a desempenhar, dando-se preferência àqueles que sejam portadores de formação especializada.
20. O cargo de director de turma será atribuído, preferencialmente aos docentes do quadro, numa lógica de continuidade pedagógica e de acordo com as turmas atribuídas e com os níveis.
21. Sempre que se revele necessário para a implementação de medidas de apoio educativo aos alunos dos segundo e terceiro ciclos do ensino básico, designadamente ao nível dos planos de recuperação, de desenvolvimento e de acompanhamento, os professores dispõem, prioritariamente, dos tempos supervenientes.

7.2.1. Critérios para a elaboração dos horários dos professores

1. Todas as horas são marcadas no horário do respectivo docente, com excepção das horas das reuniões e do trabalho individual.
2. O horário do docente não deve incluir mais de três níveis de leccionação diferentes.
3. O horário do docente não deve incluir mais de seis turmas, podendo, no entanto, ultrapassar esse número de acordo com a matriz curricular,
4. O horário semanal do docente não deve incluir mais de três tempos lectivos (quarenta e cinco minutos) desocupados.
5. O horário do docente não pode incluir mais de três blocos ou seis segmentos lectivos consecutivos, nem pode incluir mais de sete segmentos lectivos diários.
6. O horário do docente deve contemplar um período para almoço de, pelo menos, uma hora.
7. No primeiro ciclo é desenvolvida a actividade de apoio ao estudo e supervisão das Actividades de Enriquecimento Curricular, na componente de trabalho de estabelecimento que é marcada no horário do respectivo docente.
8. As horas da componente lectiva do Despacho n.º 5328/2011 de vinte e oito de Março, as da componente não lectiva de trabalho de estabelecimento e reconversão do artigo 79 do ECD, são devidamente identificadas no horário do docente com o fim a que se destinam
9. As horas lectivas do Despacho n.º 5328/2011 de vinte e oito de Março são, preferencialmente, destinadas a apoiar os alunos das turmas de cada docente.
10. As horas marcadas no horário serão sempre sumariadas e rubricadas em livro próprio, no dia e hora marcado no respectivo horário.
11. O desempenho de cargos nas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e de presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. João II é exercido nas horas a que o docente tem direito ao abrigo do artigo 79.º do ECD ou nas horas que o Agrupamento estipulou para componente não lectiva de estabelecimento e estão definidas na legislação em vigor.
12. Quando o docente não dispõe dos tempos referidos no número anterior, porque ainda não tem direito à redução, ou porque já está a utilizar essas horas noutras funções, há direito à redução da componente lectiva utilizando-se, para tal, as horas do crédito da escola, ou, quando for caso disso, as horas previstas na Lei para determinados cargos.
13. Destes princípios apenas se excluem as situações indicadas, que implicam sempre redução da componente lectiva: direcção de turma; membros da Direcção e professor responsável de grupo/equipa do Desporto Escolar, segundo o Despacho n.º 6906/2011 de quatro de Maio.
14. O coordenador da BE tem direito a redução da componente lectiva depois de reconvertidas as horas da componente não lectiva (art.º 79 e trabalho de escola), quando não é coordenador a tempo inteiro.
15. Os professores de serviço na BE devem ter, no mínimo, um bloco de noventa minutos.
16. A componente não lectiva dos professores de Língua Portuguesa é destinada, preferencialmente, ao desenvolvimento da actividade de Língua Portuguesa Não Materna.
17. A componente não lectiva dos professores de Matemática é destinada, preferencialmente, ao desenvolvimento de actividades no âmbito do plano da Matemática.

18. Os espaços de Educação Física devem ser rentabilizados de modo a não leccionarem mais de dois professores à mesma hora, sendo o máximo de três.

19. Às quartas-feiras existe um período específico destinado à realização de reuniões, pelo que não haverá actividades lectivas no turno da tarde.

20. Na atribuição dos horários é dada prioridade à continuidade pedagógica das turmas



Esquema – síntese

1.º Ciclo/Pré Escolar



2.º / 3.º Ciclos



7.2.2. Critérios para a elaboração dos horários dos alunos

1. As aulas das disciplinas de línguas estrangeiras e de Educação Física não devem ser leccionadas em dias seguidos, evitando, dentro do possível, que qualquer disciplina recaia sempre nos últimos tempos da turma.
2. Deve-se procurar evitar que as aulas de uma mesma disciplina à mesma turma tenham lugar em dias consecutivos.
3. As aulas de Língua Estrangeira II não devem ser leccionadas em tempos lectivos consecutivos à Língua Estrangeira I e vice-versa.
4. Sempre que as actividades escolares decorram no período da manhã e da tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora.
5. As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se um tempo depois de findo o período que a escola definiu para o almoço;
6. O horário deve ter uma distribuição lectiva equilibrada, de modo a integrar aulas de carácter teórico e de carácter prático nos dias com um maior número de aulas.
7. As disciplinas de carácter “prático” devem ser leccionadas, preferencialmente, no turno contrário.
8. As aulas “teóricas” não devem ser concentradas no mesmo dia.
9. No mesmo dia, o número de aulas curriculares não deve ultrapassar quatro blocos = oito tempos lectivos.
10. Nenhuma turma poderá ter mais do que seis segmentos de quarenta e cinco minutos ou três blocos de noventa minutos consecutivos;
11. Na distribuição da carga lectiva semanal deve evitar-se a existência de aulas isoladas e de «furos».
12. Os alunos de várias turmas, do mesmo ano podem ser agrupados para usufruírem do apoio educativo/apoio educativo personalizado assim como de Educação Moral e Religiosa.
13. Conforme indicações superiores, no oitavo ano a área curricular não disciplinar de Área de Projecto deve ser destinada à utilização das TIC e é leccionada na respectiva sala.
14. No primeiro ciclo, as actividades de enriquecimento curricular são colocadas nos horários dos alunos, no princípio e/ou no final das actividades curriculares.
15. Sempre que possível, deve ser respeitada a matriz curricular definida pelo Agrupamento.

8. Identificação de problemas

Decorrendo da análise do contexto educativo do agrupamento, foi identificado um conjunto de problemas, para os quais se pretende encontrar soluções através da aplicação do Projecto Educativo, nomeadamente:

- Ausência de participação dos alunos na concepção, discussão e avaliação dos documentos orientadores;
- inexistência de percursos educativos e formativos que permitam responder às especificidades dos alunos com baixas expectativas em relação à escola;
- fragilidade dos processos de articulação curricular intra e interdepartamental;
- ausência de mecanismos de supervisão para regular a prática lectiva;
- falta de articulação entre os documentos orientadores e de hierarquização e calendarização dos objectivos, metas claras, quantificáveis e avaliáveis;
- insucesso escolar;
- relação com a comunidade.
- pouco acompanhamento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- inexistência de um serviço de psicologia e orientação ao nível da orientação vocacional dos alunos do 9º ano e do apoio a outros casos.

9. Objectivos gerais/metapas

Desta forma, o Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas D. João II define as orientações pedagógicas gerais para uma comunidade educativa específica, constituindo-se como um documento orientador para a elaboração do Projecto Curricular do Agrupamento, dos Projectos Curriculares de Turma e do Plano Anual de Actividades.

O Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas D. João II propõe-se atingir, no triénio 2010/2013 os seguintes objectivos:

- Melhorar a qualidade das aprendizagens;
- Melhorar os níveis de sucesso;
- Melhorar os resultados dos exames nacionais;
- Promover a articulação curricular inter e intradepartamentais;
- Envolver a comunidade no quotidiano da vida escolar;
- Promover iniciativas de melhoria dos níveis comportamentais;

- Aumentar o número de utilizadores da BE;
- Melhorar a articulação da BE com as estruturas de orientação educativa;
- Aumentar o número de actividades com a participação dos Encarregados de Educação;
- Aumentar o número de alunos e turmas envolvidas em projectos;
- Realizar, anualmente, pelo menos uma actividade aberta à comunidade;
- Encaminhar as famílias problemáticas para as entidades competentes;
- Fomentar parcerias com entidades ligadas ao serviço de psicologia e orientação vocacional;
- Concretizar uma acção de formação centrada em conteúdos de natureza científico-didáctica;
- Concretizar uma acção de formação no âmbito das TIC, dirigida a Docentes e Não Docentes;
- Promoção de iniciativas de melhoria dos níveis comportamentais;
- Reforçar os protocolos com a Câmara Municipal, ao nível da manutenção e melhoria de equipamentos.

A definição das prioridades tem como fundamento uma visão humanista, o respeito pela diversidade cultural e pela concretização dos direitos humanos, a construção de uma escola para todos. Pretende-se, pois, com este Projecto Educativo a construção de uma escola que promova a autonomia dos alunos, valorize os seus interesses, desperte a curiosidade para o saber e o saber-fazer, defenda a diferenciação pedagógica e valorize os métodos activos e as aprendizagens significativas, ou seja, uma escola que valorize o aluno nas suas diversas dimensões.

9.1 Metas Quantificáveis

Sucesso

Ano lectivo	L. Portuguesa (4º Ano)	Matemática (4º Ano)	L. Portuguesa (6º Ano)	Matemática (6º Ano)	L. Portuguesa (9º Ano)	Matemática (9º Ano)
2009/2010	87,5%	77,3%	89,5%	73,8%	65,5%	28,1%
2010/2011	89,3%	80,2%	90,0%	75,0%	67,4%	33,5%
2011/2012	91,1%	83,2%	90,5%	76,3%	69,3%	38,9%
2012/2013	92,9%	86,0%	91,0%	78,0%	71,2%	44,3%
2013/2014	94,7%	89,0%	91,5%	79,0%	73,1%	49,7%
2014/2015	95,0%	92,0%	92,0%	80,0%	75,0%	55,0%
Diferença 2009/10 a 2014/15	+7,80%	+14,7%	+2,5%	+6,2%	+9,5%	+26,9%

Taxa de repetência no agrupamento - por ciclo

Ano lectivo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
2009/2010	4,0%	13,4%	14,5%
2010/2011	3,6%	11,7%	13,6%
2011/2012	3,2%	10,0%	12,7%
2012/2013	2,8%	8,3%	11,8%
2013/2014	2,4%	6,6%	10,9%
2014/2015	2,0%	5,00%	10,00%
Diferença 2009/10 a 2014/15 (melhorar em...)	+2,0%	+8,4%	+4,5%

Taxa de repetência por ano de escolaridade**1º Ciclo**

Ano lectivo	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
2009/2010	0,8%	6,7%	5,40%	2,3%
2010/2011	0,8%	5,7%	4,96%	2,3%
2011/2012	0,8%	4,7%	4,52%	2,3%
2012/2013	0,8%	3,7%	4,08%	2,3%
2013/2014	0,8%	2,7%	3,64%	2,3%
2014/2015	2,0%	2,0%	3,20%	2,0%
Diferença 2009/10 a 2014/15 (melhorar em...)	-1,2%	+4,7%	+2,20%	+0,3%

2º Ciclo

Ano lectivo	5º Ano	6º Ano
2009/2010	16,2%	10,4%
2010/2011	13,9%	9,3%
2011/2012	11,7%	8,2%
2012/2013	9,5%	7,1%
2013/2014	7,3%	6,1%
2014/2015	5,0%	5,0%
Diferença 2009/10 a 2014/15 (melhorar em...)	+11,2%	+5,4%

3º Ciclo

Ano lectivo	7º Ano	8º Ano	9º Ano
2009/2010	12,2%	18,3%	11,1%
2010/2011	11,8%	16,6%	10,8%
2011/2012	11,3%	14,9%	10,5%
2012/2013	10,9%	13,2%	10,3%
2013/2014	10,5%	11,5%	10,1%
2014/2015	10,0%	10,0%	10,0%
Diferença 2009/10 a 2014/15 (melhorar em...)	+2,2%	+8,3%	+1,1%

Taxa de desistência escolar aos 14, 15 e 16 anos

Idade / anos	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
14	2,5%	2,2%	1,9%	1,6%	1,3%	<1%
15	11,3%	9,4%	7,5%	5,6%	3,7%	<2%
16	20,9%	17,5%	14,1%	10,7%	7,3%	<4%

10. Plano de Acção

No presente ano lectivo foi elaborado um plano de acção de forma a resolver mais eficazmente algumas situações problemáticas.

O Plano de Acção é o documento norteador da vida da escola, que explicita a operacionalização dos objectivos definidos por ela, com o intuito de cumprir a missão a que se propõe. Assim, para o ano lectivo de 2010/ 2011, o Plano de Acção, que se apresenta, identifica a problemática, bem como as estratégias propostas para a resolução da mesma e os momentos em que ocorrem.

Problemas Diagnosticados	Estratégias/Actividades/ Procedimentos	Estruturas Educativas / Responsáveis	Data	Prioridades de Acção
Ausência de participação dos alunos na concepção, discussão e avaliação dos documentos orientadores	Efectuar uma assembleia de delegados por período, e fazer chegar as propostas à direcção; Dinamizar a aplicação do Regulamento Interno; Formar um Conselho Cívico	Conselho de Directores de Turma	2º e 3º Períodos	P ₂
Inexistência de percursos educativos e formativos que permitam responder às especificidades dos alunos com baixas expectativas em relação à escola	A escola deverá ponderar a construção de um projecto alternativo para alunos com baixas expectativas.	Direcção Conselho Pedagógico	Ao Longo do ano lectivo	P ₂
Fragilidade dos processos de articulação curricular intra e interdepartamental.	Promover no inicio de cada ano lectivo reuniões de articulação entre ciclos, departamentos e grupos disciplinares	Conselho Pedagógico Departamentos Curriculares	1º Período	P ₁
Ausência de mecanismos de supervisão para regular a prática lectiva.	Desenvolver a auto formação cooperada; partilha de saberes – fazer (realização de acções de formação a título de “ coaching” entre colegas) Promover uma cultura de escola ao nível do trabalho cooperativo entre professores	Conselho Pedagógico Departamentos Curriculares	Ao Longo do ano lectivo	P ₂
Falta de articulação entre os documentos orientadores e de hierarquização e calendarização dos objectivos, metas claras, quantificáveis e avaliáveis.	Definição de metas claras; Melhoria da articulação entre os diferentes documentos (Reg.Int., PAA e Projectos) com o Projecto educativo/Plano de acção; Divulgação dos documentos acima referidos; Divulgação dos projectos que resultam de parcerias.	Conselho Pedagógico Direcção	Ao Longo do ano lectivo	P ₁

Problemas Diagnosticados	Estratégias/Actividades /Procedimentos	Estruturas Educativas / Responsáveis	Data	Prioridades de Acção
Insucesso escolar	Criação de tutorias para as disciplinas críticas e ou alunos com várias retenções; Uniformização de critérios de avaliação; Percurso de formação alternativos para os alunos; Promover metodologias de ensino/aprendizagem em sala de aula apoiadas em métodos activos e inovadores	Conselho de Tutores; Conselho Pedagógico; Departamentos curriculares: Direcção; Professores	Ao Longo do ano lectivo	P ₁
Relação com a comunidade	Consolidação de parcerias e mecenatos, que tragam vantagens para a formação dos alunos e melhoria de recursos para o fazer; Criação de uma “ Escola de Pais “(acções de formação sobre temas educacionais e pedagógicos, com apoio de profissionais da área); Realização de uma Festa Final do ano lectivo envolvendo os EE na sua organização	Direcção	Ao longo ano lectivo	P ₃

Prioridade Máxima – P₁Prioridade Média – P₂Prioridade Baixa – P₃

11. Divulgação do Projecto Educativo

Entendendo-se o Projecto Educativo como um documento de carácter pedagógico, orientador de toda a actividade escolar que estabelece a identidade própria do agrupamento, torna-se premente a sua divulgação quer junto dos alunos, professores, funcionários, quer junto dos representantes dos pais e encarregados de educação do Agrupamento de Escolas D. João II, bem como a outros elementos exteriores à escola que com esta queiram estabelecer ligações de ordem social, pedagógica, financeira, etc.

Assim, a divulgação do Projecto Educativo será feita na página Web da Escola sede e nos Serviços de Administração Escolar para consulta pela comunidade educativa.

Formas de divulgação do Projecto Educativo:

- Após aprovação do PE pelo Conselho Geral compete à Direcção promover a divulgação junto dos Coordenadores de Departamento;
- Aos Coordenadores de Departamento compete promover a sua divulgação junto dos professores;

- Aos Directores de Turma compete promover a sua divulgação junto dos Alunos, Pais e Encarregados de Educação;
- Ao Representante do Pessoal Não Docente compete promover a sua divulgação junto do Pessoal Não Docente.

12. Avaliação

Qualquer projecto só cumpre o seu papel se for avaliado decorrido certo tempo: avaliação intermédia e final. A avaliação implica, também e necessariamente, a adopção de critérios e de indicadores claros, relativos ao funcionamento de toda a Organização Escola.

No fundo, trata-se de aprender a construir *um referencial interno de acompanhamento do projecto*, como referem Obin e Cros (1991), o que exige a definição de critérios de avaliação das acções e a mobilização de todas as pessoas implicadas no processo.

O tipo de avaliação aqui referida é mais aproximado do conceito de “monitorização”, pelo facto de ser colocada ênfase, também, nos mecanismos de intervenção que resultam da observação e análise da realidade educativa.

Pretende-se desenvolver esta acção avaliativa, não somente numa perspectiva diagnóstica ou numa perspectiva economicista (com ênfase nos resultados apenas), mas também numa perspectiva sociológica, de forma a tentar-se compreender o desempenho do próprio Agrupamento como um todo. Mas uma Avaliação/Monitorização pressupõe um sistema de informação e de recolha de dados, que permitirão estabelecer aquilo a que se pode chamar a sua *carta de identidade*.

No final de cada ano lectivo, a equipa de avaliação, formada com base na actual equipa de auto avaliação, elabora e entrega à Direcção um relatório, que será objecto de uma reflexão da actividade desenvolvida e apontará acções de melhoria com vista à construção de uma Escola de Qualidade. Esta equipa reunirá periodicamente ao longo do ano para analisar o seu processo de implementação e conceber e/ou adaptar instrumentos de avaliação.

Nesta instância poderão ser lançados e elaborados instrumentos de avaliação, que permitam tomar decisões posteriores, ajustadas à realidade educativa, tais como fichas de recolha de informação, guiões de entrevistas, fichas de registo de observações, fichas de avaliação,

pequenos relatórios, entre outros. De forma mais específica, o processo de Avaliação do Projecto caberá a diferentes estruturas e à Direcção.

Este projecto será avaliado ao longo da sua implementação, devendo, no final do ano lectivo, ser objecto de uma eventual reformulação de acordo com os contributos que serão colhidos da sua concretização.

Cada professor titular de turma/director de turma, no âmbito do seu relatório de actividades, na sequência das avaliações realizadas em Departamento no 1º ciclo e em Conselho de Turma no 2º E 3º ciclo, fará uma reflexão sobre o desenvolvimento do Projecto.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação poderá também fazer um balanço das actividades desenvolvidas no âmbito do projecto e, partindo dessa reflexão, poderá participar na definição do projecto do ano lectivo seguinte.

A avaliação será efectuada através da monitorização de resultados obtidos, como prática já instituída, à semelhança dos resultados escolares que se analisam periodicamente no final de cada período lectivo e de cada ano, com estudo estatístico e comparativo dos últimos três anos, no que diz respeito aos níveis de sucesso/insucesso escolar.

Para se apurar o nível de execução e de qualidade prevê-se avaliação a dois níveis:

1 - Avaliação quantitativa (a ser efectuada anualmente) baseada na análise de dados estatísticos de:

- Níveis de transição por ano de escolaridade
- Níveis de transição por ciclo
- Taxa de abandono
- Níveis de assiduidade
- Frequência da BE
- Número de processos disciplinares
- Nível de participação dos pais na vida escolar
- Níveis de participação em projectos/actividades
- Número de acções de formação
- Planos implementados

2 - Avaliação qualitativa – baseada na análise e reflexão, quanto à eficácia das estratégias adoptadas, no que diz respeito à consecução dos objectivos, mediante:

- Relatório das estruturas intermédias
- Relatório da concretização das actividades do Plano Anual de Actividades

- Pautas e actas
- Registos de assiduidade/abandono escolar
- Participações de carácter disciplinar
- Actividades desenvolvidas em Formação Cívica
- Dados relativos a menções atribuídas em Formação Cívica
- Dados relativos ao sucesso /insucesso escolar no início e no final da implementação do PE
- Inquéritos/questionários a elementos da comunidade educativa

Para que a avaliação sirva de linha de orientação para eventuais mudanças de estratégia, deverá ser objecto de análise, reflexão, debate e registo, anualmente e, no final do triénio, em sede de reuniões das Estruturas Intermédias de Coordenação Pedagógica, de Conselho Pedagógico e de Conselho Geral.

13. Considerações Finais

Este Projecto constitui um referencial de actuação na definição de um rumo colectivo, numa dinâmica que valorize o sujeito e enriqueça o conjunto. Pressupostos que se afiguram numa perspectiva de criatividade, de enriquecimento, de participação activa da comunidade e de desenvolvimento de atitudes de tolerância e partilha.

Deste modo, é fundamental e possível caminhar num quadro crescente de autonomia, numa vivência do presente como projecto de um futuro de qualidade, em que se procurará sempre níveis de exigência e rigor, que propiciem regras, saberes e códigos de conduta.